



Os desafios da implementação da acessibilidade em uma edificação já existente:

Projeto de Extensão Comunidade Católica Shalom

Helena Goulart Ferreira | helena.gf20@ifsc.edu.br¹
Ma. Milena de Mesquita Brandão | milena.brandao@ifsc.edu.br²
Dra. Ana Paula Pupo Correa | ana.pupo@ifsc.edu.br³
Dra. Marcia Eunice Lobo | marcia.lobo@ifsc.edu.br⁴

Trabalho de Extensão
DT 3 - Educação, Cidadania, Desenvolvimento Social e Práticas Inclusivas

Resumo:

Estudantes do curso técnico integrado em edificações, através de uma demanda externa, trabalharam em um projeto de extensão para adequação do Centro de Evangelização da Comunidade Católica Shalom, a fim de promover alterações que garantam acessibilidade espacial ao local. Para elaboração do artigo, as autoras utilizaram levantamento de dados e pesquisa documental com o objetivo de estudar essa reforma e usar do pensamento crítico para tratar da realidade de implementação do projeto. Ao longo da extensão trabalhada, por meio de análise do escopo de serviços das alterações construtivas necessárias, foram encontrados desafios que trouxeram problematizações acerca da viabilidade financeira da obra. Dessa forma, o estudo mostrou que a demanda trabalhada gera uma necessidade de intervenção externa e apoio comunitário, reconhecendo como de extrema importância a inclusão de espaços de acolhimento e educação, como a Comunidade Shalom.

Palavras-chave: acessibilidade espacial; adaptação para acessibilidade; viabilidade financeira; extensão universitária; NBR 9050.

¹ Egressa do curso técnico em Edificações e estudante da graduação em Engenharia Civil do IFSC Câmpus Florianópolis.

² Professora do IFSC Florianópolis.

³ Professora do IFSC Florianópolis.

⁴ Professora do IFSC Florianópolis.

Introdução

Dentre as instalações especiais planejadas para uma construção, o projeto de acessibilidade representa a inclusão de um determinado espaço à comunidade geral, propondo soluções para características que impossibilitem ou dificultem o acesso de um determinado grupo. É importante reforçar que, ao falarmos de acessibilidade, um dos passos iniciais que devemos tomar é a eliminação das barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência, porém, essa não é a única medida que torna um espaço acessível, sendo de relevância a sensibilização sobre o tema, para que possamos construir um espaço acessível no âmbito físico e humano (VIVARTA, 2003). Acerca da acessibilidade espacial, ao falarmos sobre a adaptação de um espaço físico já existente, novos desafios surgem ao considerarmos não só a teoria normativa e os princípios de acessibilidade, mas também a viabilidade prática das alterações construtivas, trazendo novas dificuldades executivas e financeiras em contrapartida ao cenário ideal. No projeto de extensão trabalhado, os estudantes do curso técnico em edificações integrado ao ensino médio confrontaram essa realidade ao atenderem a uma demanda da comunidade externa, juntando o ensino técnico com a extensão na área de acessibilidade na construção civil.

Descrição do público envolvido

O Centro de Evangelização da Comunidade Católica Shalom, com localização no bairro Estreito da cidade de Florianópolis, é um espaço que junta a educação religiosa com práticas missionárias e tem como princípios a vida de oração, vida comunitária e o serviço aos pobres, assim como uma grande dedicação na evangelização dos jovens.

Dada a necessidade de adaptação do espaço já existente para inclusão de um maior grupo de pessoas, missionários dessa comunidade contataram o IFSC em busca de um projeto que pudesse ser elaborado pelos alunos da turma ingressante em 2022, cursando a 8ª fase de edificações, identificando as demandas por meio de vistoria técnica e apresentando um parecer com medidas corretivas para os quesitos em que a acessibilidade não fosse atendida.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento do presente trabalho, no dia 06/10/2025, os estudantes, acompanhados pelas professoras orientadoras, realizaram uma visita técnica à Comunidade Católica Shalom. No local, os alunos Helena Goulart Ferreira e Gabriel Furtado Pereira realizaram, com auxílio de trena e trena a laser, a conferência de medidas, bem como o registro fotográfico de diversos itens analisados.

Após o levantamento de dados, as autoras se utilizaram de uma metodologia de pesquisa documental, que teve foco nas normas vigentes referentes à acessibilidade, com o objetivo de relacionar os padrões mínimos estabelecidos com a análise realizada, gerando uma sistematização dos dados levantados. Com isso, nos resultados, buscou-se apresentar o comparativo entre o espaço físico atual e a acessibilidade espacial exigida, promovendo pensamento crítico acerca de fatores como a viabilidade e complexidade desse projeto de extensão.

Resultados e discussões

Ao tratarmos da inclusão de um espaço, buscamos encontrar e promover mudanças que atuem como possibilitantes para participação de todos os indivíduos em quaisquer lugares e atividades desejados (Unicef, 2022).

Figura 1 – Projeto com pontos de referência para análise das autoras



Fonte: De autoria (2026).

Inicialmente, trataremos dos dados acerca de elementos construtivos em não conformidade com os critérios mínimos de acessibilidade em edificações, estabelecidos pela NBR 9050-2020, informados na Tabela 1, que foram obtidos através de medições realizadas in loco durante a visita com os estudantes. Para isso, a sequência adotada partirá da menor à maior complexidade das reformas necessárias para adequação desses critérios.

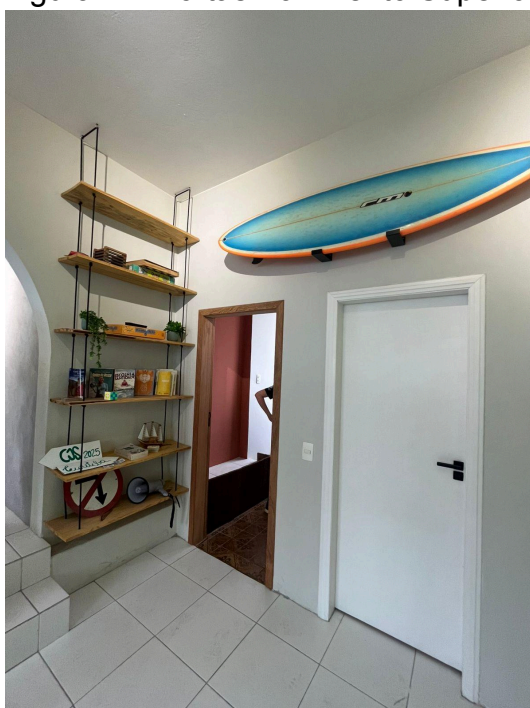
Tabela 1 – Critérios de acessibilidade conforme NBR 9050-2020

Item	Mínimo (m)	Máximo (m)
Largura de portas	0,80	0,18
Altura de portas	2,10	
Altura do espelho de degraus	0,16	
Largura de corredores	0,90	

Fonte: elaborada pelas autoras a partir de informações da NBR 9050-2020.

Acerca da largura mínima de portas, fator do projeto arquitetônico que pode ser impossibilitante para acesso de pessoas em cadeiras de rodas, registraram-se portas com 0,70 m. Já sobre a altura das portas, foram constatadas problematizações ao tratarmos de uma altura medida de 1,95 m, também não sendo considerada acessível por norma, ao criar um critério dificultante e inseguro devido ao delimitante físico da altura.

Figura 2 – Portas Pavimento Superior



Fonte: Gabriel F. Pereira (2025).

O escopo de serviços necessário para adequar essas portas inclui a remoção das folhas e demais componentes, o rasgo de alvenaria para adequação das dimensões desejadas, a execução de verga, além do processo de reinstalação da porta, que parte desde o requadro do vão executado, até a nova colocação e acabamentos finais. Considerando que as etapas descritas representam uma visão geral dos serviços necessários e geram um valor de material e de mão de obra, percebemos que, ao resolver um dos itens mais simples dentre os demais, já podemos começar a visualizar o custo de obra como fator relevante.

No espelho dos degraus, foram registradas medidas de 20-26 cm, o que causa instabilidade no conforto e segurança geral da edificação, sendo um ponto ainda mais

crucial para pessoas com dificuldade de locomoção. Para regularização do espelho dos degraus da escada interna, considerando um pé direito medido de 3,00 m, seria necessário aumentar o número de espelhos para um total de 17, com uma média de 17,65 cm cada, dos 13 degraus existentes atualmente.

Figura 3 – Escada interna



Fonte: Lara L. Ocker (2025).

A adaptação no número de degraus de uma escada já executada, ao considerarmos a adição de um total de 4 degraus, além da falta de informação acerca das camadas e nivelamento desses componentes e a irregularidade entre as alturas medidas, se torna bastante inviável. Por isso, entende-se que a opção mais plausível seria a demolição da estrutura para implementação de uma nova replanejada. A fim de minimizar o tempo e custo da obra, pode ser feita a utilização de uma escada pré-moldada, que atenda aos critérios normativos.

Voltando a tratar sobre pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida, não podemos deixar de constatar o fato de que, para acesso ao pavimento superior, onde está localizada a sala para realização das missas, os únicos meios de acesso são através da escada interna e escada externa.

Devido à altura elevada a ser vencida e à maior facilidade de implementação, sugere-se a utilização do sistema de plataforma elevatória, que deve ser feito de acordo com norma específica. O local sugerido para instalação da plataforma está representado na Figura 1, sendo necessário posterior detalhamento de demais desníveis de acesso ao local.

Tratando dos corredores, foi registrada, no segundo pavimento, uma largura de circulação de 0,95 m. Conforme a NBR 9050, o item se apresenta em conformidade com os parâmetros acessíveis, porém, de acordo com a IN 9, o espaço entraria em conflito com a largura mínima de saídas de emergência estabelecida pelo corpo de bombeiros, de 1,20 m. Nesse caso, a mudança se torna ainda mais complicada, visto que a ampliação desse elemento gera uma necessidade de alteração arquitetônica mais extrema, que influencia em outras áreas projetadas. Além de bastante custosa, essa mudança gera desafios ao considerarmos os elementos estruturais e seu alinhamento com as vedações verticais, aumentando o grau de dificuldade do planejamento da reforma.

Segundo Castro (2013), o custo para implementação da acessibilidade em um projeto representa 1,5% do custo de execução de uma obra, enquanto para reformas, esse valor se aproxima de 25% do valor total original. Ao entendermos a complexidade das alterações necessárias para obtermos um espaço plenamente acessível, conforme os parâmetros estabelecidos anteriormente neste artigo, deparamo-nos com um impasse entre a viabilidade financeira da obra e as reformas que se veem necessárias.

O assunto é especialmente delicado ao considerarmos que o espaço é alugado e essa comunidade se mantém de doações e atividades beneficentes. Dessa forma, sabendo a sequência de serviços que precisa ser adotada, vem o desafio de como torná-la realidade.



Considerações finais

O investimento em acessibilidade na nossa sociedade é de extrema relevância ao tratarmos de espaços comunitários, dessa forma, se vê necessária a busca por meios que viabilizem o projeto de acessibilidade proposto.

Podemos aproveitar essa problematização para destacar a importância da incorporação da acessibilidade desde os projetos iniciais de uma edificação, sendo esse um argumento fundamentado por tudo que vimos até aqui. Porém, entende-se também que edificações mais antigas que não seguiram esse critério não podem ser excluídas ao estudarmos o tema. Portanto, reconhece-se a importância do crescimento de pesquisas nessa área, visando a sensibilização acerca do tema, ampliação do conhecimento e, consequentemente, trazendo avanços no âmbito da acessibilidade.

Por fim, reforça-se que é de extrema importância a inclusão desse Centro de Evangelização, que representa educação e acolhimento à comunidade, e entende-se que as problematizações apresentadas tornam esse um desafio que necessita de intervenção externa urgente e auxílio comunitário, porém, não inviabilizam a obra. É imprescindível, portanto, o apoio de órgãos governamentais e a criação de projetos de incentivo no âmbito da construção civil que auxiliem a viabilizar obras para instituições como a Comunidade Shalom, que vivem de atividades beneficentes e não possuem recursos para se adequar aos parâmetros impostos.



Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

VIVARTA, Veet (org.). *Mídia e deficiência*. Brasília: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003.

UNICEF (2022). *Trajetórias de Sucesso Escolar*. Brasília: UNICEF Brasil.

Instrução Normativa nº 9 (IN 9): Sistema de saídas de emergência. Florianópolis: CBMSC, [2024]. Disponível em: <https://www.cbm.sc.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2026.

CASTRO, Jary de Carvalho e. *Ir e vir: acessibilidade – compromisso de cada um*. Brasília: CONFEA, 2013.